

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Estadual – Nº 10.546 / 2015

Ata da 125ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social da Paraíba

Local: Ambiente Virtual Google Meet

Data: 10/02/2022

Aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, de forma remota, realizou-se a 125ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado da Paraíba - CEAS/PB. Estiveram presentes os seguintes conselheiros/os; Francisca das Chagas (titular) - Representante Governamental (SEDH); Sofia Ulisses Santos (suplente) - Representando do COEGEMAS; Emanuelle Galdino de O. Moura (titular) - Representante Governamental (SEMDH); Djailma Maria Lemos (suplente) - Representante dos trabalhadores do SUAS; Maria Juliana Gomes (titular) - Representante da Entidade (ASA); Ednaura N. Rodrigues (titular) - Representante entidade CEFEC; Marisa do N. Caitano (suplente) - Representante Governamental (Sec. Saúde); Jessica Juliana Batista (suplente) - Representante dos trabalhadores do SUAS; Adjane de Medeiros (titular) - Representante dos trabalhadores do SUAS; Monica Laura C. Ervolino (suplente) - Representante dos trabalhadores do SUAS; Isa Lisiane de Lima (suplente) – Representante dos usuários; Daniela Ninfa, Evelyne Rose e Maria da Conceição Farias - Técnicas da Secretaria Executiva do CEAS; Inicia-se a reunião com a leitura dos pontos da pauta; I – Apresentação do Demonstrativo Sintético Financeiro 2020; II – Apresentação da Reprogramação dos saldos 2021 para 2022; III - Prazos para os Planos Municipais de Assistência Social; IV - Apresentação do Programa Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PEPDDH/PB); V - Panorama da Conferência Nacional de Assistência Social; VI - Cronograma de Reuniões Ordinárias e das Comissões para 2022. A conselheira Djailma Maria sugere dividir a pauta para duas reuniões por ter achado a pauta muito extensa e com temáticas que precisam de tempo para o debate como a exemplo o ponto de financiamento. A conselheira Sofia Ulisses lembra dos prazos para apresentação das prestações de contas que é até 28/02/22. A conselheira Francisca das Chagas sugeriu a realização de uma extraordinária ainda em fevereiro. Por unanimidade dos presentes foi decidido para o dia 24 de fevereiro. Prosseguindo com a Apresentação do Programa

34 Estadual de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PEPDDH/PB), com a fala do
35 Coordenador Equipe Técnica Estadual PEPDDH/PB Ronildo Monteiro Ferreira, e esclarece
36 que o Programa foi implantado sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento
37 Humano - SEDH e convenio com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
38 Humanos, teve seu início a partir de 2021 em parceria com organização da sociedade civil
39 "Casa Pequeno Davi" e atua no atendimento e acompanhamento de casos de Defensores e
40 Defensoras de Direitos Humanos em situação de ameaça e risco em todo território nacional,
41 conforme Decreto Federal nº 9.937/2019, que fixa prerrogativas e atribuições voltadas à
42 articulação de medidas protetivas em prol da pessoa ameaçada, em função de sua atuação e
43 atividades nessas circunstâncias. E, em âmbito estadual, conforme decreto nº 41.306/2021,
44 de 1º de junho de 2021, que regulamenta o Programa. A assistente social do programa
45 Francinalda ressalta que um dos serviços mais procurados pelo programa são os CRAS, daí
46 a importância da apresentação do programa para o CEAS com o objetivo mediar junto a
47 esses serviços para dar celeridade as demandas solicitadas pelos defensores. A conselheira
48 Emanuelle Galdino reforça a necessidade de maiores informações sobre o programa. Após
49 esclarecimentos não houve nenhum questionamento sobre o serviço de proteção. Dando
50 continuidade, a gerente da Diretoria Gestão do Trabalho da SEDH, Virginia Serrano
51 informa sobre o CAPACITA PB+SUAS que nesta edição ofertará aulas na modalidade
52 remota. Informou que foi ofertado o curso de Planos Municipais de Assistência e está aberta
53 as inscrições para os cursos: Planos Municipais no âmbito da Criança e Adolescente,
54 Violência Sexual, Enfrentamento ao Trabalho Infantil e o curso introdutório sobre Gestão
55 Financeira e Orçamentária, reforça que para participar é só acessar o site do
56 Capacitapb.com.br, realiza o cadastro e faz a inscrição. Prosseguindo, a conselheira
57 Francisca das Chagas fala que antes da apresentação dos demonstrativos, convidou as
58 gerentes dos serviços que compõe a diretoria do SUAS para fazer uma breve apresentação
59 das ações que foram feitas ao longo do ano de 2021, no que foi planejado, executado e no
60 que irá precisar a ser dado continuidade, as quais justificam os investimentos que serão
61 apresentados na prestação de contas como forma de trazer esse diálogo para o conselho.
62 Iniciando a apresentação das gerências, a gerente da Diretoria Gestão do Trabalho da
63 SEDH, Virginia Serrano inicia falando a gerência está responsável pela Educação

64 Permanente no estado da Paraíba desde 2014, como também das questões que se refere ao
65 desenvolvimento e planejamento das questões dos trabalhadores do SUAS. Em virtude do
66 cenário de pandemia que vivenciamos não foi possível executar os cursos do CAPACITA
67 SUAS em 2020. A educação Permanente em 2019 foi executada com recursos próprios da
68 secretaria dando assim continuidade a essa responsabilidade que o estado tem com relação a
69 temática. Em 2021 retomamos de maneira remota e reorganizamos as metodologias
70 colocando em pratica o "Assessora SUAS PB Diálogos Virtuais com os Municípios" num
71 total de 14 (quatorze) lives de apoio técnico e assessoramento com temáticas da Proteção
72 Social Básica e Especial e iniciamos os diálogos para organizar o CAPACITA SUAS no
73 formato online, em 2021 foram executados quatro cursos. No segundo semestre de 2022,
74 serão ofertados cursos de forma presencial se não houve restrições devido a pandemia. A
75 Gerente Executiva da Proteção Social Especial Ana Paula fala das ações realizadas pela
76 gerencia que atua com 26 CREAS Regionais, 03 Casas Lares e em processo de implantação
77 de 11 polos do serviço de "Família Acolhedora", sendo que 03 já estão implantados e 02
78 com previsão de atendimento já na primeira quinzena do mês de março de 2022. Além das
79 ações de atividades de monitoramento, assessoramento técnico em 2021 foram realizadas
80 atividades; algumas campanhas como a data de 18 de Maio "Enfrentamento ao Abuso e
81 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes" o Enfrentamento ao Trabalho Infantil, junto
82 com toda gerencia foi realizado o aniversário do ECA (Campanha de Fortalecimento do
83 Estatuto da Criança e Adolescente). Em 2021 as seis equipes técnica de referencia da Média
84 Complexidade visitou os 26 CREAS Regionais possibilitando monitoramento e o
85 fortalecimento dos serviços executados e planejando para 2022. Em 2021 foram realizados
86 atendimentos de forma direta de 1.280 (Um mil duzentos e oitenta) a indivíduos ou famílias
87 junto aos CREAS Regionais, dentro da média complexidade a SEDH inaugurou um polo
88 modelo de CREAS Regional, com padrão ministério, no município de Alagoinha. Em
89 relação aos desafios da pandemia, foi publicado no âmbito da Média Complexidade uma
90 Nota Técnica de orientação garantindo a permanencia do atendimento aos usuários,
91 entendendo que a Política de Assistência é essencial. A permanencia de técnicos/as de
92 referência para o enfrentamento do trabalho infantil mediando ações juntamente com os
93 municípios que pactuaram com Termo de Aceite. Em relação a Alta Complexidade foram

94 realizadas algumas campanhas direcionadas ao público de crianças e adolescentes e pessoas
95 idosas como 02 (dois) grande Webnários para fortalecer os serviços executados de forma
96 direta. Outro ponto da Alta Complexidade foi a Proposta de Reordenamento do Plano de
97 Regionalização, esse processo iniciou no início de 2021 e o lançamento foi em 21/10/2021,
98 a proposta de implantação dos serviços nos polos das 14 regiões geoadministrativas, em três
99 foram instituídas e ampliadas as Casas Lares para atendimento do acolhimento de Crianças
100 e Adolescentes e as outras 11 (onze) ficaram para o polo do serviço de acolhimento familiar
101 através da Família Acolhedora. Ainda na Alta Complexidade ressalta a participação da
102 equipe técnica para garantir o credenciamento das Instituições de Longa Permanência para
103 Idosos – ILPIs junto a SEDH para se adequarem aos Termos do I Edital de Convocação
104 Publica, onde foi proposto um cofinanciamento no valor de 2.000.000,00 (Dois milhões de
105 reais) mediante comprometimento destas Instituições na execução de ações ou atividades
106 que impactam na melhoria das condições de vida de seus usuários, como forma de
107 contrapartida, através de formalização de Termo de Colaboração. Além das atividades
108 internas temos parcerias realizadas com outras gerencias da SEDH, a exemplo do Programa
109 de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM que é um serviço
110 executado pela gerencia de Direitos Humanos. Outro ponto é o fortalecimento juntamente
111 com de sistema de justiça, desde o início de 2021 foram realizadas reuniões com o Centro
112 de Apoio Operacional as Promotorias – CAOP/MP/PB e com o Tribunal de Justiça
113 pautando alguns desafios que os municípios nos apresentam, para além das ações de
114 execuções direta do estado a Proteção Social Especial atuando junto aos CREAS municipais
115 e nas instituições de acolhimento. Outra ação foi a participação do intercambio virtual no
116 processo de implantação do serviço de Família Acolhedora. Segue com a fala da assistente
117 social Carmem, da Gerência Operacional do SINASE que tem a competência de coordenar,
118 acompanhar e monitorar o desenvolvimento do sistema sócio educativo na Paraíba. Dentro
119 das metas estabelecidas para a execução da gerencia dentro do convenio da SEDH e Casa
120 Pequeno Davi em três blocos de competência da gerencia; Monitoramento e
121 acompanhamento dos municípios, em 2021 a gerencia executou alguns acompanhamentos
122 em loco nos CREAS em municípios da 1ª e 2ª região, como também alguns
123 assessoramentos em municípios que ainda estão em fase de construção do Plano Decenal de

124 Medidas Socioeducativas e acompanhar os municípios que já tem seu plano e que estão em
125 fase de revisão do plano. Realização de monitoramento com as visitas em meio fechado em
126 todas as unidades na Paraíba. Dentro da modalidade remota foram realizadas algumas
127 formações. Construção de uma cartilha de socioeducação, intitulada “Caminhos da
128 Socioeducação no Estado da Paraíba” como forma de subsidiar dentro da perspectiva de
129 orientar e fortalecer o atendimento de meio aberto nos CREAS e também da qualificação do
130 atendimento nos municípios e que pode ser acessada diretamente no site da SEDH, foi
131 divulgada no mês de outubro de 2021 nos CREAS Regionais. Além das participações com o
132 Ministério Público, na comissão do SINASE, no CEDCA e em outras reuniões. Dando
133 continuidade a Gerente da Proteção Social Básica Gilmara Andrea informa que dentro da
134 Proteção Básica tem quatro gerencias operacionais; gerencia operacional do Cidade
135 Madura, gerencia operacional do Cadastro Único, gerencia operacional de projetos e
136 benefícios e gerencia operacional dos Centros Sociais Urbanos. Diante do advento da
137 pandemia em 2021 foi um ano de muitas Normativas com isso foram feitas orientações aos
138 municípios. Em relação a formação, foram ofertados capacitações para equipe do Programa
139 Criança Feliz na modalidade remota. Participação da construção da Lei “Paraíba Primeira
140 Infância”, assessoramento junto com a gestão do trabalho do cadastro único,
141 acompanhamento do retorno das atividades dos centros sociais urbanos, início da construção
142 do Cidade Madura no município de Monteiro, o processo seletivo para o programa Criança
143 Feliz, abono natalino. A Gerencia de Vigilância Social atuou no acompanhamento da
144 construção do Sistema sócio educativo do meio fechado em parceria com a FUNDAC, no
145 momento aguardando a implementação em parceria com CODATA que será uma
146 ferramenta importante para qualificação do atendimento socioeducativo no estado da
147 Paraíba com banco de dados do perfil dos adolescentes. Implementação no processo SIPIA-
148 CT em parceria com o CEDCA. Orientação e atendimento aos municípios sobre o
149 preenchimento dos relatórios de gestão, acompanhamento do CENSO SUAS, orientação aos
150 municípios quanto ao preenchimento dos prazos da prestação de contas. A conselheira
151 Francisca das Chagas ressalta que a ideia é situar os conselheiros nessa gama de ações que a
152 SEDH através das várias gerencias. Dando continuidade o técnico Jordânio Oliveira
153 responsável pelo setor de contabilidade da gerencia de Fundos da SEDH faz apresentação

154 dos demonstrativos Sintético Financeiro dos índices de gestão IGD/BF e IGD/SUAS e dos
155 programas do SUAS do exercício 2020 e Reprogramação de saldos 2021 para 2022. Após
156 os esclarecimentos das prestações de contas a conselheira Francisca das Chagas ressalta que
157 a prioridade é a questão dos prazos é importante a aprovação desse documento por terem
158 prazos estabelecidos. Esclarece que as ações da SEDH são estruturadas em cinco eixos na
159 diretoria do SUAS que estão articulados na execução de todas as proteções e também no
160 âmbito do fortalecimento do controle social, os quais foram apresentados pelas gerentes de
161 uma forma bem objetiva. Destacamos os eixos; formação continuada, ligadas ao
162 trabalhador, com assessoramento técnico, o atendimento e o acesso ao serviço,
163 monitoramento e a participação e controle social. Após deliberadas discursões sobre os
164 demonstrativos foi levado para votação a sua aprovação que foi aprovado por unanimidade
165 pelos conselheiros presentes. O técnico Jordânio Oliveira esclareceu que no item dos
166 recursos de emendas onde foi destacado uma emenda no valor de 200.000,00 (duzentos mil
167 reais) dirigida para duas entidades no município de Monteiro, a primeira foi contemplada
168 com 100, 000.00 (cem mil reais) a segunda por não ter cadastro no CNEAS não foi
169 contemplada, com isso, autora da emenda optou por deixar que o FEAS utilize em algum
170 equipamento público de competência do estado. A conselheira Sofia Ulisses pergunta se
171 esse recurso poderia ser utilizado em algum equipamento voltado ao fortalecendo o
172 Controle Social. O técnico esclarece que as emendas sempre vem dirigidas para o FEAS
173 para aplicação em um equipamento público já indicado, daí a necessidade de fazer uma
174 consulta ao Ministério para saber se pode ser utilizado em outra natureza, esse dinheiro está
175 na conta desde 2020. A conselheira Francisca das Chagas propõe fazer uma consulta ao
176 Ministério, e explica que dentro da lógica dos recursos destinados para o âmbito das
177 Proteções, os mesmos não podem ser destinados para outro tipo de ação, e se de acordo com
178 o Ministério, for possível o redirecionamento, podemos montar um plano específico de
179 reprogramação de saldos para o recurso dessa emenda. Como encaminhamento; consultar
180 sobre a emenda do FEAS se pode ser redirecionada para outra ação. Como
181 encaminhamentos; I – consultar com o Ministério sobre a possibilidade de reprogramar o
182 recurso da emenda parlamentar para outra ação voltada para Política da Assistência Social;
183 II – Elaboração de duas Resoluções CEAS com a aprovação do Demonstrativo Sintético



CONSELHO ESTADUAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

184 Financeiro 2020 e da Reprogramação dos saldos 2021 para 2022. A vice-presidente
185 Francisca das Chagas agradece pela apreciação dos presentes e com a aprovação nesse
186 instrumento de gestão. Nada havendo mais a tratar, a vice presidente encerrou o presente
187 encontro virtual, agradecendo a participação de todas (os) participantes.

188